

Zilda e o avião: repensando migrações rural-urbanas no Rio Grande do Sul (1943-1963)

Madam Zilda and the airplane: Rethinking about rural-urban migrations in Rio Grande do Sul, Brazil (1943-1963)

Álvaro Antonio Klafke¹

alvaro@fee.tche.br

Rodrigo de Azevedo Weimer²

rodrigo.weimer@fee.tche.br

Resumo: Parte da bibliografia analítica sobre as migrações internas explica o fenômeno relacionando-o, quase que exclusivamente, com os macroprocessos econômicos. Sem negar a relevância desta abordagem, mas problematizando-a, este artigo objetiva discutir aspectos das trajetórias individuais dos migrantes que, saindo de zonas rurais do Rio Grande do Sul, vieram para Porto Alegre e adjacências entre 1943-1963. Observa-se detidamente um exemplo considerado particularmente revelador sobre as temáticas em questão. Os percursos foram investigados a partir da análise de depoimentos atuais, ancorada na história oral, que será cotejada no diálogo com fontes jornalísticas do mesmo período (*Correio do Povo* e *Diário de Notícias*). Tal combinação procura trazer uma interlocução entre o olhar retrospectivo, mas interno, das falas e a visão coetânea, embora se propondo distanciada, da imprensa. Assim, pretende-se trazer elementos que escapam à simplificação de uma interpretação baseada no argumento da necessidade (“fuga do campo”), que invariavelmente redundaria em condições desfavoráveis de desenvolvimento posterior. A partir da evidência da pluralidade das condições de partida, dos estímulos e das aspirações, cuja observação pensamos ser fundamental no entendimento dos processos sociais, o texto complexifica a visão que minimiza as peculiaridades das trajetórias individuais em favor de justificativas macroeconômicas, no sentido de dedicar a devida atenção à capacidade de agência dos sujeitos sociais, verificando as possibilidades de ascensão social dos migrantes.

Palavras-chave: migrações rural-urbanas, trajetórias, sujeitos sociais.

¹ Doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Analista pesquisador em História. Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser. Rua Duque de Caxias, 1691, sala 702, 90010-283, Porto Alegre, RS, Brasil.

² Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense. Pós-doutor em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Analista pesquisador em História. Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser. Rua Duque de Caxias, 1691, sala 702, 90010-283, Porto Alegre, RS, Brasil.

Abstract: Part of the analytic bibliography about internal migrations explains this phenomenon relating it mainly to macroeconomic processes. Without denying this approach, but instead problematizing it, this paper discusses individual trajectories of migrants that came from rural areas of Rio Grande do Sul and settled in Porto Alegre, the state capital, and its adjacencies between 1943 and 1963. This paper observes carefully an example that is particularly revealing about this subject. The analysis is based on recent interviews, supported by oral history and collated with newspapers stories from the same historic period (*Correio do Povo* and *Diário de Notícias*). This approach intends to establish an interlocution between the retrospective and internal view of the utterances and the coeval and distant view of the press. Therefore, we intend to bring features that escape from the simplified interpretation based on the idea of need (“escape from the rural area”) that

would invariably result in unfavorable conditions for later development. There is evidence of multiple conditions, stimuli and aspirations related to migration, and we think that these observations are essential to understand the social processes. Therefore, this paper analyzes in a complex way the view that minimizes the peculiarities of individual trajectories in favor of macroeconomic explanations by giving real attention to the capacity of the social subjects themselves, verifying the possibilities of social ascension of migrants.

Keywords: internal migrations, trajectories, social subjects.

Um editorial do *Diário de Notícias* de março de 1948 reportava a “fuga do campo”, vista como grave problema. No entender do redator, havia uma série de efeitos deletérios na partida da população rural para as cidades:

Pode dizer-se que, onde quer que se desenvolvam os centros urbanos, formando-se essas tentaculares metrópoles modernas, que se estendem por enorme área e são habitadas por centenas de milhar ou, mesmo, por milhões de criaturas, ocorre o problema: os moradores no interior, os que vivem na zona rural, se deixam levar pela irresistível atração da cidade. E, um belo dia (beleza que depois se converte em melancolia de desencanto), arrumam as trouxas e rumam para a cidade grande e tentadora (Diário de Notícias, 1948a).

Embora no texto se admita a possibilidade de sucesso e integração satisfatória de alguns, considera-se que “a maior parte apenas vem atravancar as cidades super-povoadas”. Com efeito, um mês antes, um editorial do mesmo periódico associava as migrações em questão com a problemática da habitação:

Ao crescimento vegetativo da população dos centros urbanos e, sobretudo, ao seu crescimento dinâmico, em decorrência do êxodo rural, da fuga do campo, não tem correspondido o devido aumento de prédios residenciais, especialmente para as classes pobres. Constroem-se arranha-céus com apartamentos que, pelo seu preço de compra ou locação, só são acessíveis aos ricos ou aos bem remunerados. Resultado: a sublocação de quartos e a proliferação, antijurídica e anti-higiênica, das malocas (Diário de Notícias, 1948b).

A proliferação de moradias populares de infraestrutura precária era reconhecida como um grande mal para a cidade, não apenas em termos de ordenamento jurídico, mas inclusive em termos de higiene pública. Isso repercutia no discurso dos formuladores de políticas municipais.

Em abril de 1952, por exemplo, o prefeito Ildo Meneghetti apresentou relatório à Câmara Municipal, manifestando suas preocupações em relação ao desenvolvimento urbano da cidade em uma década em que houve um crescimento populacional de 89% nos municípios que viriam a constituir a Grande Porto Alegre (FEE, 1982, p. 70). Naqueles anos ter-se-ia verificado “a precariedade da vida no interior, a falta de assistência ao trabalhador rural, os baixos salários, acrescidos da fascinação que as grandes cidades [exerceriam], com as suas diversões, seu movimento e a procura de mão-de-obra” (Meneghetti, 1952). Dali se originaria aquilo que era, para o administrador, o “flagelo” da capital: as “vilas de malocas”.³

A despeito dessa percepção – relativamente vulgarizada – de uma cadeia de causas/consequências negativas, alguns migrantes rurais tiveram destino bem diferente, equivalente àqueles que o editorial de março considerava terem se dado “bem na vida”. Eduardo Kwietniewsky⁴ reside em um edifício moderno e arrojado em um bairro de elite em Porto Alegre (Kwietniewsky, 2015, entrevista). Zilda Becker Viegas mora num edifício antigo, sem elevador, é certo, mas também localizado em um dos bairros mais valorizados da capital gaúcha (Viegas, 2015, entrevista). Ambos chegaram em 1949, tinham 80 anos quando entrevistados, são originários de regiões coloniais – respectivamente, polonesa no noroeste do Estado e alemã no vale do Taquari – e descreveram trajetórias sociais ascendentes, que de certa forma oferecem um contraponto aos discursos de época acerca da precariedade das condições de vida dos migrantes rurais.

Os percursos dessas pessoas foram investigados a partir da análise de depoimentos atuais de migrantes rurais chegados à região metropolitana de Porto Alegre entre 1943 e 1963. A fundamentação de nossa argumentação, ancorada na história oral, será cotejada pelo cruzamento com fontes jornalísticas do mesmo período. O presente artigo busca discutir aspectos das migrações rural-urbanas que escapam à simplificação de uma interpretação baseada no argumento da necessidade (“fuga do campo”), que

³ “Vilas de malocas” era uma denominação utilizada nas primeiras décadas do século XX para designar aglomerados de habitações populares, e invariavelmente irregulares, que se formavam junto às grandes cidades brasileiras. Tem um sentido depreciativo – daí, “maloqueiro” – pois agrega, à condição de pobreza, um juízo moral negativo (Medeiros, 1951).

⁴ Todos os nomes de pessoas entrevistadas e localidades de origem são fictícios, a fim de preservar seu anonimato e sua privacidade.

invariavelmente redundaria em condições desfavoráveis de desenvolvimento posterior. Trata-se, portanto, de problematizar a visão que minimiza as peculiaridades de trajetórias individuais em favor de justificativas macroeconômicas. Por outro lado, não temos a intenção de alimentar a mitologia do *self-made man*, até porque os personagens trazidos como exemplos já tinham recursos econômicos e culturais que possibilitaram seu êxito na cidade.

O enredo fundamental da entrevista de Eduardo foi a busca progressiva por novas condições educacionais e seu papel na prosperidade pessoal. Seus avós vieram da Polônia russa, analfabetos. Seus pais já cursaram até o primário e, donos de um pequeno comércio, puderam proporcionar aos seus filhos o estudo na capital. Mesmo que não tenha valor amostral em termos estatísticos, o levantamento realizado até o momento por meio da coleta de depoimentos indica uma facilidade maior de comerciantes do que de agricultores para proporcionar o estudo de filhos em cidades de maiores dimensões. É verdade que Eduardo trabalhou paralelamente aos seus estudos, mas pôde ingressar na Universidade e abandonar um emprego para ganhar, a título de bolsa, a metade de seu salário. Hoje é um prestigiado professor universitário em sua área.

Zilda, por sua vez, era de uma família dedicada à agricultura e à criação de animais, atividades que evitava por lhe desagradarem. No entanto, sua família “não era considerada pobre” na região de origem; sempre tinham entre cem e 120 porcos na engorda. Seu pai era músico e assinava revistas alemãs. Ao lê-las, e também ao ver aviões passarem no céu, “via que na vida, neste mundo, havia outra coisa” (Viegas, 2015, entrevista).⁵ A tônica de sua fala é o trabalho que teve ao auxiliar seu marido, espanhol, no meio urbano. Empregaram-se em diversas atividades. Para efeitos de nossa argumentação, é importante reter que, por um lado, ela teve condições sociais para progredir – pelo fato de seu pai não ser pequeno agricultor – e que, por outro, esse progresso era possível para parte das pessoas originárias do interior.

O sonho de Zilda poderia ter sido estimulado pelas novidades que os jornais da capital divulgavam em meados do século. Chamam atenção duas reportagens publicadas pelo *Diário de Notícias*, em abril de 1943. Na primeira, destacava-se o pioneirismo de Carmela Contino, primeira paraquedista gaúcha, cujo exemplo deveria ser seguido por outras “enfermeiras-paraquedistas” (*Diário de Notícias*, 1943a). Na segunda, o título anunciava: “A Panair emprega moças, pela primeira vez, em seus serviços no aeroporto”. O texto era ilustrado com foto de três alegres

moças uniformizadas frente a um avião. Tal mudança de comportamento era atribuída à guerra, pois “Se o braço masculino é chamado a defender a pátria, a mulher tem de ir preenchendo os claros deixados pelos defensores da nacionalidade” (*Diário de Notícias*, 1943b). É evidente o tom machista, pois não cita as mulheres que também se envolveram no conflito. Além disso, a justificativa, aqui, era apenas retórica, pois não havia, de maneira geral, carência de mão de obra masculina. O fato é que a chamada era atrativa, especialmente devido ao potencial de apelo libertador para as mulheres – o que parece estar presente na rememoração de Zilda –, pelo exemplo de oportunidade.

Estes excertos apontam para uma percepção, em grande medida disseminada, da cidade como espaço de oportunidades, para homens e mulheres. Conforme veremos ao longo do artigo, a cidade revelava-se, no imaginário dos rurais, como símbolo de modernidade, de acesso a bens de consumo inesperados, de esperança por uma vida melhor. Havia um espectro mais amplo de oportunidades profissionais e culturais na metrópole, evidência sempre reforçada pelo discurso propagado pela imprensa.

A retórica sobre a migração campo-cidade, na imprensa, referia-se, quase que exclusivamente, aos mais pobres, aqueles “tangidos” pela fome, que vinham buscar no espaço urbano as condições de subsistência que lhes eram negadas na vida rural (há uma profusão de exemplos nesse sentido). Tal construção discursiva, em alguma medida, reverberou na bibliografia acerca da temática. Percebe-se, em paralelo, que também para aqueles que dispunham de uma condição mais favorável, mas que por formação ou por inclinação pessoal se permitiam sonhar que no mundo “havia outra coisa”, a cidade estava no horizonte como possibilidade de realização. Seriam os casos de Eduardo e Zilda, a complexificar o enquadramento de um certo tipo de migrante, em relação a suas motivações e sua situação anterior.

Esses casos exemplificam uma proposição já apontada por uma corrente historiográfica originalmente italiana, mas em seguida difundida a outros lugares (Lévi, 1992; Revel, 1998), segundo a qual o acompanhamento de aspectos particulares permite notar dimensões da dinâmica social não perceptíveis em escala macroscópica. Eduardo e Zilda, e outros que povoarão estas páginas, demonstram que, ao contrário do que a imprensa e o olhar recapitulador (de muitos migrantes, inclusive) podem levar a crer, a *maloca* não era um destino necessário e tampouco irreversível. Existiam outras possibilidades⁶ além de estruturas absorventes e absolutas.

⁵ Alguns anos mais nova, Adelaide Wojciech Gonzalez, 66 anos quando apresentou seu depoimento, originária da costa da lagoa dos Patos, tinha a mesma impressão em meio à solidão que sentia no meio rural: ao ver os aeroplanos percebia “que tinha um outro mundo” (Gonzalez, 2015, entrevista).

⁶ Ginzburg (1991), com base em Davis (1987), destaca a história como um processo aberto, repleto de possibilidades que também fazem parte da realidade histórica. Nesse sentido, nossos personagens conseguiram extrapolar qualquer fatalidade que os inscreveria em destinos predeterminados.

Compartilhamos da abordagem daqueles historiadores, ainda que não falemos em micro-história, e sim em trajetórias. A primeira envolve um levantamento documental exaustivo, cruzando fontes dos mais diferentes arquivos. Já nossa perspectiva se limita a acompanhar alguns itinerários através de entrevistas realizadas ao fim das vidas dos depoentes. Seu olhar retrospectivo a partir de um lugar de classe média ou alta implica cuidados adicionais na crítica das fontes. As falas costumam ser enfáticas quanto ao mérito do esforço de ascensão social, e as prévias condições mais favoráveis no meio rural, secundarizadas. Da mesma forma, minimizam dificuldades e sofrimentos em nome de caminhos bem-sucedidos.

A história de Zilda, pontuada por outros exemplos relevantes, servirá como guia e orientação para nossa narrativa, não por uma eventual representatividade, mas pelo que seu caso singular tem de revelador de uma faceta menos conhecida dos processos migratórios. Seu exemplo será contraposto, sobretudo, à perspectiva de Paul Singer, talvez o autor brasileiro mais emblemático das abordagens estruturais.

Estudos recentes têm trazido à tona a ação subjetiva dos migrantes em processos de deslocamentos espaciais, apontando para as possibilidades de escolhas e expectativas por melhoria de vida e a formulação de estratégias, para além de fatores expulsórios em seus territórios de origem. Isso é percebido no que toca a migrações internacionais (Ramella, 1995; Míguez, 1995). Compartilhamos dessas percepções teóricas, mas enveredamos na análise das migrações internas a um mesmo estado.

Adotamos o intervalo 1943-1963, isto é, entre a Consolidação das Leis Trabalhistas e o Estatuto do Trabalhador Rural por nos ter sido tal aspecto sugerido por alguns entrevistados:⁷ a busca por direitos sociais teria pautado a mobilização rumo às cidades. Essa proposição não se confirmou em todos os testemunhos, mas não impede a validade do recorte, já que ele equivale, efetivamente, a um período intenso de migrações e crescimento populacional de Porto Alegre e cidades circunvizinhas.

Nosso olhar sobre migrações internas não se dará no sentido de tomar as limitações estruturais como paralisantes. Eis o motivo por que não nos interessa proceder a grandes quantificações ou a explicar os deslocamentos populacionais a partir da mecanização da lavoura, da expulsão da mão de obra ou do parcelamento dos lotes coloniais para além do limite de viabilidade econômica. Tais fatores, é certo, desempenharam importante papel em meados do século XX, mas aqui centramos nossa análise nos projetos, expectativas e decisões dos migrantes rurais.

Entendemos que os processos estruturais só adquirem sentido pleno quando processados culturalmente, e se concretizam no plano do *vivido*. Para Geertz (1989), por exemplo, as abordagens estruturais devem contemplar a cultura como sistema simbólico, como texto, a fim de poderem ser passíveis de interpretações mais substantivas.

As fontes trabalhadas, de certa forma, refletem algumas particularidades com que nos defrontamos a partir dessa pesquisa. A imprensa apresenta um olhar externo sobre a realidade dos migrantes, no que ela tinha de estrutural ou, melhor dizendo, no que se acreditava ser a realidade estrutural do “êxodo rural”. Seguimos Darnton, quando observa que é preciso pensar a inserção histórica da imprensa enquanto força ativa da vida moderna, constituindo-se mais como um integrante dinâmico do processo do que mero registro dos acontecimentos. Assim, o que se lia nos jornais contribuía na concepção e construção dos modos de vida, perspectivas e consciência histórica (Darnton, 1996, p. 15). É nesse sentido que também buscamos observar, nas páginas do *Correio do Povo* e do *Diário de Notícias*, a forma como era referenciada a problemática que cercava a chegada dos migrantes à capital do estado. Essa percepção, associada aos depoimentos, é importante, pois como uma força social, muitas vezes estabelecendo pretensos consensos, a imprensa, permanentemente, “articula uma compreensão da temporalidade, propõe diagnósticos do presente e afirma memórias de sujeitos, de eventos e de projetos, com as quais pretende articular as relações presente/passado e perspectivas de futuro” (Cruz e Peixoto, 2007, p. 259).

Um exemplo de tal procedimento, sobretudo em relação aos diagnósticos, é a reiterada utilização da expressão “êxodo rural”, carregada de uma carga semântica de fenômeno massivo, opressivo e irresistível (Klafke e Weimer, 2015).⁸ Acreditamos haver uma imprecisão conceitual que dificulta seu uso operacional, na medida em que estabelece um padrão, desde um olhar superior, “externo”, que uma mirada mais próxima pode contestar ou, pelo menos, relativizar, daí nossa preferência pela formulação “migrações internas”, em vez daquela tão amiúde presente no discurso da imprensa. Fontes orais, por seu turno, apresentam um olhar “interno”, ainda que retrospectivo e com as limitações que, não custa lembrar, encontram-se destacadas anteriormente: justificativa do lugar de classe média hoje ocupado.

Ramella (1995) discute a importância da análise de redes sociais para a concepção de uma abordagem alternativa aos paradigmas estruturais. Ainda que eventualmente tenhamos chegado a alguns testemunhos – o de

⁷ Notadamente, aqueles mais carentes em recursos econômicos e que vieram a Porto Alegre em busca de oportunidades de trabalho.

⁸ A quantidade de citações dessa expressão nos jornais brasileiros disponíveis na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional entre o início do século e os anos 1960 é crescente: 1900-1909 (3); 1910-1919 (23); 1920-1929 (64); 1930-1939 (118); 1940-1949 (571); 1950-1959 (1648).

Zilda inclusive – por meio de indicações de conhecidos, contemporâneos, aparentados, originários da mesma vizinhança e localidades próximas – no mais das vezes os informantes foram selecionados de forma fragmentária, sem nenhuma relação entre si. Portanto, nossa análise de trajetórias por meio da fala dos próprios sujeitos prescindirá da análise de redes sociais, particularmente da formalização matemática da *network analysis* apresentada por Moutoukias (1995, p. 221).

Isso aponta para uma questão que, diante das teorizações sobre memória, convém esmiuçar. Maurice Halbwachs foi um estudioso de vulto no campo das ciências sociais que estudou o assunto de forma sistemática, oferecendo balizas para os trabalhos posteriores. Para o autor, a partir da perspectiva durkheimiana de tomar fatos sociais como coisas, a memória coletiva está intimamente ligada ao funcionamento e à dinâmica de agrupamentos sociais. Ao propor a noção de memória coletiva, referia-se a processos mnemônicos compartilhados por coletividades mais ou menos amplas. Assim, a aquisição e manutenção dessas memórias dependem, necessariamente, do pertencimento a um grupo.

Para que nossa memória se beneficie da dos outros, não basta que eles nos tragam seus testemunhos: é preciso também que ela não tenha deixado de concordar com suas memórias e que haja suficientes pontos de contato entre ela e as outras para que a lembrança que os outros nos trazem possa ser reconstruída sobre uma base comum (Halbwachs, in Pollak, 1989, p. 4).

Esses pontos de contato, por sua vez, se dão e se mantêm por meio do convívio, que através de conversas atualiza as lembranças grupais.

Outras pessoas tiveram essas lembranças em comum comigo. Mais do que isso, elas me ajudam a recordá-las e, para melhor me recordar, eu me volto para elas, por um instante adoto seu ponto de vista, entro em seu grupo, do qual continuo a fazer parte [...] (Halbwachs, 2006, p. 31).

Em virtude disso, afirma o sociólogo, o afastamento daqueles que possuem recordações em comum redundará em um estranhamento em relação à memória outrora compartilhada (Halbwachs, 2006, p. 36). É como se o esteio que estabelecia o vínculo entre o indivíduo e o grupo tivesse se quebrado, repercutindo também na exclusão das memórias compartilhadas.

Neste trabalho, selecionamos indivíduos que atendessem a dois pré-requisitos de pesquisa: terem chegado a Porto Alegre ou arredores entre 1943 e 1963 e serem

originários do meio rural – não importando aqui suas profissões, desde que situadas no campo. Esses critérios correspondem a nosso recorte temporal e de “grupo” estudado que, contudo, não equivale àquilo que Halbwachs designava. Não se verifica, entre os depoentes, uma inter-relação reiterada a fim de promover a conservação e a atualização de memórias em comum. A maioria deles jamais se viu na vida. Ao realizar as entrevistas, nosso objetivo era diversificá-las por região de origem, classe social, profissões, gênero. Não se estava em busca de recorrências familiares ou comunitárias, mas da pluralidade. As intersecções não foram regra ou critério.

Mesmo no caso de depoentes com referências comuns, geralmente o processo migratório quebrou seus laços. Ao se recordarem uns dos outros, remetem-se à infância na região de origem, e são essas as únicas memórias compartilhadas, mas não aquelas referentes ao processo migratório e seu resultado. É recorrente nas falas a chegada a Porto Alegre como o início de uma vida nova. Se contatos existiram com pessoas oriundas do mesmo local, esses foram episódicos. A inserção da vida na cidade, de certa maneira, atomizou os chegados, dificultando a existência de pontos de contato que atualizassem memórias coletivas. Não se pode falar, portanto, ao menos em termos halbwachsianos, em uma memória coletiva. Eram raras as instâncias para manutenção e compartilhamento de reminiscências.

Falam de migrações com a mesma naturalidade como fariam de qualquer outro episódio de suas vidas. Por mais importantes e cruciais que aquelas pareçam em suas trajetórias, basicamente procuraram atender a uma demanda dos pesquisadores; até mesmo com certa estranheza pelo fato de alguém tanto se interessar por aquele momento que pouco lhes parecia ter de especial. A atribuição desta importância, até certo ponto, é alienígena para os entrevistados, que no mais das vezes, mesmo conferindo positividade a uma mudança de vida, não enxergam na migração um lugar de destaque.

Assim, nos termos sociológicos apontados pelas referências bibliográficas acerca de memória aqui apresentadas, não temos um “grupo”. Ele foi instituído pelos pesquisadores, a partir de critérios bastante justificáveis e historicamente factíveis, mas não tem uma existência “objetiva”, no sentido de pessoas que compartilham lembranças e afetos. A existência, ainda assim, de memórias recorrentes entre pessoas que jamais tiveram contato indica que as lembranças, ao menos no caso estudado, podem extrapolar a necessidade de espaços de atualização da memória. Podem ser decorrentes de um perfil de situações encontradas por todos ou por clivagens deles (a depender de classe social, gênero, raça, local de origem) durante o processo de migração, para além das possibilidades de atualização dessas memórias,

frequentemente evocadas apenas quando perguntados. As formas de narrar, conferindo legitimidade à posição social ocupada no presente a partir de determinada representação do passado, também encontram espaços de intersecção, dos quais as narrativas economicistas não dão conta.

Dentre os autores brasileiros que abordaram a questão sobre esse prisma, um dos mais referenciados é Paul Singer. A atenção que dedicou ao tema das migrações é marcada pelo privilégio dos fatores macroestruturais, a partir da análise do processo de evolução capitalista, tomado como fenômeno global, embora com especificidades regionais. O autor enfatiza, portanto, o caráter histórico das migrações, ou seja, o fato de que elas seriam caracterizadas também pelas particularidades dos processos socioeconômicos nos quais ocorreriam (Singer, 1980, p. 217). No Brasil, o “motor” das migrações internas seriam as desigualdades regionais, o que repercutiria, no plano interno, a dicotomia desenvolvido-subdesenvolvido presente entre países, no mundo capitalista (Singer, 1980, p. 223). A consequência óbvia, e quase que natural, é a de que as áreas menos favorecidas produziram os fatores de expulsão em direção aos centros mais dinâmicos, num modelo já consagrado de interpretação. Tal visão, respeitada como ponto de partida, pode e deve ser matizada, fundamentalmente por um olhar mais detido sobre as motivações que ultrapassam os condicionantes estruturais.

Nesse sentido, observamos, entre os indivíduos de trajetórias investigadas, o anseio pelo acesso a bens, de diferentes naturezas, como motivadores da partida rumo às cidades. Não se trata, aqui, de contrapor a interpretação daquele economista a uma leitura alternativa de fatores causais necessários e, tampouco, assumir fatores estruturais como motor profundo e as opções dos sujeitos sociais como superficiais formulações conscientes. Pelo contrário, interessa-nos mais desfazer dicotomias, discutindo a maneira como os indivíduos processavam culturalmente os fatores socioeconômicos e como isso reverberava em suas formas de conceber e representar suas ações e de atuar no social. Há que estar atento para a dimensão simbólica presente em qualquer recurso econômico. Alertam a antropóloga Mary Douglas e o economista Baron Isherwood:

Em vez de supor que os bens sejam em primeiro lugar necessários à subsistência e à exibição competitiva, suponhamos que sejam necessários para dar visibilidade e estabilidade às categorias da cultura. É prática etnográfica padrão supor que todas as posses materiais carreguem significação social e concentrar

a parte principal da análise cultural em seu uso como comunicadores (Douglas e Isherwood, 2013, p. 103).

Entendendo o caráter comunicativo de signos assumidos pelos bens de consumo, compreendemos melhor o motivo pelo qual, nas entrevistas, afirmam ter almejado ao acesso a recursos como representativos de uma *modernidade*⁹ impossível no espaço rural: ao procurá-los, a busca por uma vida nova era coroada por signos diferenciadores em relação à vida anterior. Isso pode ajudar a entender alguns aspectos que vieram à tona em nossos diálogos. A senhora Vânia Diehl, por exemplo, de 79 anos quando de seu testemunho, relatou que seu choque, ao vir para a cidade grande, foi muito menor do que de outras pessoas, porque antes de vir para Porto Alegre já conhecera, além do povoado de origem, cidades médias:

Eu não tive um choque muito grande [chegando a Porto Alegre] por causa dos internatos que eu fiquei. Eu fiquei em Santa Cruz, que era uma cidade boazinha. Lajeado. Então meu choque não foi muito grande não. Eu fui me acostumando. Já conhecia cinema, já conhecia sorvete, [risos] já conhecia chicle. Tudo. Eu não tive choque nenhum quando... Inclusive em Pesseguero, a gente às vezes alugava um carro de praça, o táxi era carro de praça, e ia de noite ao cinema em Estrela (Diehl, 2015, entrevista).

Ao olhar para trás, portanto, as principais referências na lembrança às cidades por onde andou antes de chegar a Porto Alegre eram alguns artefatos inexistentes no campo. Chegar ao meio urbano significava “conhecer” algumas coisas ausentes no povoado de origem. O acesso à educação, todavia, também foi um aspecto muito presente na fala de Vânia, que aponta a influência de sua mãe na decisão de vir à capital a fim de possibilitar que ela e seu irmão estudassem.

Minha mãe, quando era solteira, ela queria ser enfermeira. E não deixaram ela sair de casa, imagina, alguém sair de casa, uma mulher sair de casa, blablablá [sic]. E ela não se conformou, isso eu acho que até o fim da vida, e ela jurou, e prometeu, que os filhos iam estudar, e foi ela que fez tudo que pôde pra gente estudar. E uma das infl... Quer dizer, não tinha também outra solução. Fazer o que? Tinha que vir pra capital. Ou pra uma cidade. Mas eu tenho certeza que influiu dela vir pra Porto Alegre pra gente poder estudar (Diehl, 2015, entrevista).

⁹ A ideia de modernidade está associada a uma noção de grandiosidade das cidades e do “progresso” subjacente. De acordo com o Diário de Notícias (1943c): “É fato inconteste o progresso cada vez mais crescente da metrópole gaúcha. De uma década, mais ou menos, para cá, Porto Alegre despiu as suas vestes provincianas, deixou de lado os seus hábitos e costumes antigos, atirando-se, com todo o entusiasmo, na senda do desenvolvimento, buscando foros de grande centro, procurando justificar-se como uma das maiores metrópoles do Brasil”.

Podemos lembrar ainda do exemplo de Eduardo Kwietniewsky, assinalado no início do texto e talvez o caso mais exemplar nesse sentido (Kwietniewsky, 2015, entrevista). Temos também Carlota Schäfer Schauern, de 72 anos quando apresentou seu depoimento, também originária de Pitangueiras, o mesmo povoado de onde Vânia, a quem conhecera desde criança, viera. Essa última refere que o pai e a mãe trouxeram os filhos para onde teriam melhores condições de estudo. “Eles [pais] já entenderam na época que os filhos deles só teriam melhor futuro vindo estudar em Porto Alegre” (Schauern, 2015, entrevista). Zilda também tinha intenções de estudar ao vir para a capital: “Eu tinha essa ideia de vir pra Porto Alegre pra estudar algo” (Viegas, 2015, entrevista).

É bem verdade que, mais do que qualquer “visão privilegiada” dos progenitores, as famílias da maior parte deles tinham condições econômicas de proporcionar aos filhos a possibilidade de estudar. O pai de Eduardo era comerciante, o de Vânia tinha uma pequena fábrica de manteiga, e o de Carlota era pastor luterano. Ademais, todos eles eram brancos e descendentes de imigrantes. Todavia, alguns casos ajudam a matizar esse quadro: o de Otávio Weber, pertencente a uma família de agricultores, que cursou, em São Leopoldo, o ensino a que tivera acesso de forma precária em Passaredo, onde se criara (Weber, 2015, entrevista; 85 anos na ocasião), e o de Carlos Antônio Luís, agricultor negro que, uma vez chegado à cidade, fez um curso técnico para torneiro mecânico, com o objetivo de conseguir “serviço para evoluir” (Luís, 2015, entrevista; 74 anos na ocasião). As possibilidades de acesso à educação eram, portanto, desiguais, pois alguns puderam atingir o ensino superior e outros necessitaram contentar-se com o ensino técnico a fim de labutar em busca do pão. Alguns a tiveram como alternativa desde pequenos, ao passo que para outros ela só surgiu concretamente como opção quando já eram adultos. Ainda assim, indubitavelmente, para todos, a educação era uma alternativa limitada no local de origem e disponível em Porto Alegre, oportunizando uma vida melhor.

Além de bens de consumo e educacionais, também estão presentes nos testemunhos, como atrativos, os bens culturais disponíveis na capital. O depoimento mais marcante nesse sentido é o de Flávia Bourscheid Scherer, que demonstrou o verdadeiro fascínio que sentira ao chegar a Porto Alegre (para estudar; seu pai era comerciante), ao vir do povoado de Espinho, na região central do Estado. Ao longo do depoimento, repetiu inúmeras vezes sobre a importância de acesso a orquestras, cinemas e teatro ao longo do tempo em que viveu na cidade grande. Hoje retornou ao local de origem, mas sempre que tem oportunidade volta à capital do Estado, onde mantém um apartamento, para “tomar um banho de cultura” (Scherer, 2015, entrevista).

Observamos, nesse sentido, que as falas dos sujeitos sociais não coincidem com os fatores estruturais aos quais Singer pretende dar poder explicativo. Acreditamos que, de forma alguma, aquelas possam ser desprezadas. Destacando novamente a importância do diálogo, conforme já assinalamos, entre o olhar retrospectivo, mas interno, das falas, e a visão coetânea, embora se propondo distanciada, da imprensa, é interessante observar que a capital propagandeava corresponder à pretensão de Flávia. A manchete “Confesión’, mais um sucesso da Continental-Filmes, levou ao Vera-Cruz, ontem, verdadeira multidão” festejava o sucesso do filme argentino e elogiava sua produtora, que oferecia, constantemente, “verdadeira distração espiritual ao nosso público” (*Diário de Notícias*, 1943d). No mesmo sentido, em outro texto da mesma edição, “Com a comédia ‘Médico à força’, Procópio ressuscita Molière em Porto Alegre”, registrava-se a presença da capital no circuito de teatro nacional (*Diário de Notícias*, 1943e). A oferta de opções culturais, nesse ponto, tem correlação estreita com as aspirações, de ordem não econômica, da migrante.

De uma maneira geral, o discurso da imprensa, simultânea e paradoxalmente, traçava algumas distinções, especulativas, e grandemente baseadas no senso comum, entre pessoas da cidade e do campo. O trabalhador rural “tem como horizonte de sua vida a distância que separa o seu rancho da plantação onde emprega a sua atividade. Ele só não emigra enquanto ignora as possibilidades, muitas vezes ilusórias, de vida melhor nas cidades” (*Diário de Notícias*, 1948c). A partir desse diagnóstico, uma maior integração, diminuindo o desnível entre o desenvolvimento agrícola e o industrial, no país, elevaria não só o poder aquisitivo, mas “o nível de civilização dos que trabalham no campo” (*Diário de Notícias*, 1948d). Há um exagero da visão pessimista sobre o campo, e das potencialidades, reais ou ilusórias, da cidade, além de uma retórica da superioridade desta sobre o campo, em grande medida desprovido de “horizontes”, econômicos e culturais.

Essa apreciação corrobora análise de Ângela de Castro Gomes (2005, p. 241), que, ao assinalar a inexistência de legislação social abrangente do meio rural, apontou o “desamparo” do trabalhador rural que, assim, alimentava o “êxodo rural”. Conforme se está procurando demonstrar, essa última expressão talvez não seja a mais adequada para observar o fenômeno migratório. De toda sorte, dessas considerações resta a afirmação da autora de que “acabavam ficando no campo apenas aqueles que não conseguiam migrar”. A afirmação parece corresponder, em boa medida, à percepção da imprensa da época.

Independentemente da consideração das disparidades, especialmente daquelas relacionadas a uma percepção que define e caracteriza, *a priori*, o campo e a cidade, existem elementos que complementam aspectos da

análise de Singer. Para o autor, os fatores de expulsão que determinam as saídas da zona rural seriam de dois tipos: os relacionados às modificações decorrentes da introdução de relações capitalistas no campo, o que expulsaria pessoas por causa do aumento de produtividade; e os fatores de estagnação, sentidos pela crescente pressão populacional sobre áreas limitadas de terra (Singer, 1980, p. 223-224). A partir do estudo das razões de saída, e da divisão proposta, Singer avalia as consequências da emigração. As áreas sujeitas a fatores de mudança perderiam população, com a produtividade aumentada, ao passo que nos locais de pressão populacional aconteceria estagnação ou mesmo um declínio do nível de vida (Singer, 1980, p. 225). Quanto a esse ponto, algumas observações dos sujeitos estudados podem ser trazidas diante da visão do autor.

Os irmãos Olímpio e Acrísio Maffei vieram da localidade de Chaira, no vale do Taquari, para Porto Alegre, na virada da década de 1940 para a de 1950. Ao lembrar-se do sítio de origem, Acrísio, que tinha 87 anos quando deu seu depoimento, efetivamente aponta limitações que dificultavam a permanência ali – “eles [seus familiares] não queriam ficar, eles tinham, ali não, não tinha população pra mais comércio” (Maffei, 2015, entrevista). A falta de uma clientela dificultou a atividade de armazéns e mercadinhos, à qual se dedicavam e continuaram exercendo em Porto Alegre. Contudo, maior ênfase é dada ao efeito reverso: a própria dispersão de migrantes reforçava essa decadência. De acordo com a esposa de Olímpio (89 anos no momento em que foi coletado seu depoimento), Ellen Gaertner Maffei, de 87 anos na ocasião:

Ellen: A casa de comércio que o pai dele construiu, um sobrado, que eles eram comerciantes fortes, né.

Olímpio: É.

Ellen: Hoje a casa tá apodrecendo. Não tem mais quase ninguém morando no lugar. Foi uma decadência inacreditável (Maffei e Maffei, 2015, entrevista).

Dessa maneira, temos um processo migratório cujas causas e efeitos se alimentam mutuamente. Nisso podemos concordar com Singer. O autor percebe as migrações através da lente da evolução geral da expansão capitalista, e, mais especificamente, objetiva determinar as características históricas específicas do fenômeno migratório no contexto dos países em desenvolvimento. Nesse sentido, busca estabelecer algumas proposições para estudos que almejem “revelar o significado das migrações na constituição de uma economia capitalista com sua correspondente estrutura de classes nos países que passam atualmente pelo desenvolvimento” (Singer, 1980, p. 235).

Tais pressupostos trazem como consequência, na avaliação das causas e motivos das migrações, uma crítica explícita às pesquisas centradas nas falas dos indivíduos, porque estas conduziriam, invariavelmente, “a análises psicologizantes, em que as principais condicionantes macrosociais são desfiguradas quando não omitidas” (Singer, 1980, p. 236). Aqui residem nossas divergências.¹⁰

Por um lado, há que situar a obra do autor em seu tempo, isto é, perceber que ela, em parte, reflete um contexto de pesquisa marcado pela grande narrativa dicotômica da luta de classe entendida nos moldes da Guerra Fria. A despeito dessa consideração, de outra parte, devemos lembrar, seguindo Thompson (autor contemporâneo de Singer), que os processos macrosociais só se concretizam e adquirem sentido em circunstâncias particulares. É artificial qualquer apreciação sobre estruturas sociais descolada das experiências dos sujeitos. As estruturas, para adquirir sentido, devem ser processadas culturalmente (Thompson, 1981, 2001).

O termo “psicologizante” traz um pré-julgamento acusativo às abordagens que levam em conta as motivações dos sujeitos. Seus sonhos e aspirações, contudo, são inspiradores das tomadas de decisões, e esses dependem de simbolismos culturais que não se reduzem à psique individual, mas tampouco decorrem de forma imediata de condicionamentos estruturais. O papel da cultura está em um plano diferenciado da estrutura econômica e da psicologia pessoal. A história de Zilda é um ótimo exemplo de como esses processos interagem.

Em suas falas, vem à tona um universo simbólico que codifica a esperança em uma vida melhor, a rejeição ao trabalho no campo e a ambição por um mundo alternativo e atrativo. Afirmarções como “eu não gostava da colônia”, “eu não gostava de capinar” expressam preferências pessoais em um universo no qual, se não eram “considerados pobres”, certamente eram dependentes da lavoura. Ao referir o caso de uma moça, filha de sua vizinha, no local de origem, afirma que ela “também se soltou”. O verbo sugere a vida no mundo rural como uma prisão, e o advérbio indiretamente inclui a narradora no processo de libertação. Criara, ainda, uma sobrinha, certamente por identificação pessoal, já que “não tinha vida que ela queria lá, lá no interior” (Viegas, 2015, entrevista). Impossível negar a incidência de tais motes na decisão de partir.

Seu pai assinava revistas alemãs, e ela também ouvia o rádio, que lhe demonstravam que, “na vida, neste mundo, havia outra coisa”; “Eu escutava coisas diferentes. E tinha um outro mundo aqui fora. Que tinha outra coisa aqui fora” (Viegas, 2015, entrevista). No mundo rural, mesmo que evitasse se ocupar do trato da terra, necessitava

¹⁰ As falas de Olímpio, Ellen e Acrísio não deixam de estar permeadas por significados implícitos à noção de decadência, mesmo quando falam de processos econômicos.

ocupar-se e ser produtiva, de tal forma que comercializar os produtos familiares era-lhe prazeroso. Levar frutos da terra ao armazém e observar as atividades ali exercidas lhe ofereciam uma alternativa bastante mais satisfatória e provocativa de prazer estético: “E eu achava aquilo lindíssimo. As pessoas detrás daquele balcão me atendendo, eu digo, ‘nossa, que coisa mais linda isso aí’”. “Ai, que lindo trabalhar atrás do balcão” (Viegas, 2015, entrevista). Uma vez em Porto Alegre, trabalhou exatamente nessa profissão, até casar-se.

O principal elemento do simbolismo ligado à ideia de ir embora/haver um mundo lá fora, porém, já foi visualizado na parte inicial desse texto, quando apresentamos seu interesse pelos aviões. No mesmo momento em que afirmou não gostar de capinar, contou que disse para sua mãe que desejava estar dentro do avião, ao que lhe diziam que ela “não pode estar certa”. Mesmo já casada, residindo na cidade, “a cabeça ainda era ir em avião”. Hoje tem familiares espalhados por todo o mundo: um neto estuda na Itália, uma filha, de nacionalidade americana, reside nos Estados Unidos, onde a outra filha faz pós-doutorado em Letras. Tem, ainda, um genro residente na França. Entre reflexiva e orgulhosa, avaliava retrospectivamente seu passado, representando por meio de tantas andanças de avião a nova vida conquistada, em contraste com as circunstâncias consideradas desagradáveis durante a sua infância.

Zilda: Então a, a nossa, nossa vida, a minha, eu, eu viajei tanto de avião, eu viajei tanto de avião, ninguém acredita como eu comecei a te contar que eu tava lá naquela rocinha capinando...

Entrevistador: Via o avião.

Zilda: Vi raramente um. E aquilo parecia que eu tinha que estar lá dentro. Ir embora [enfática]! Ir embora. Pois é, eu, eu viajei tanto de avião (Viegas, 2015, entrevista).

Ou, ainda: “Eu consegui outra família, pra, pra mim. E outra vida também. É viajar. Eu não ia me conformar. Viver lá fora” (Viegas, 2015, entrevista). A vida “lá fora”, isto é, no interior, na produção primária, não apenas era particularmente rejeitada como era considerada “suja”. É uma imagem forte que foi empregada mais de uma vez:

Zilda: Eu não queria aquela minha... Aquela vida suja.

Entrevistador: Suja?

Zilda: É. Tu tem que... Quando é frio.

Juan:¹¹ Não quer trabalhar na lavoura.

Zilda: Isso.

Entrevistador: Não quer trabalhar na lavoura.

Juan: Não.

Zilda: Não. Claro. Porque, olha ali. Quando chove tu tens que tratar as vacas. São umas oito ou dez vacas. Era assim. Tirar leite. Tu [gagueja] não ter um, uma, uma, uma porta adequada, nada adequado, tudo assim (Viegas, 2015, entrevista).

À primeira vista, Zilda parece referir-se à sujeira em forma física. Porém, os trabalhos da antropóloga Mary Douglas procuram ponderar que a “sujeira” denota uma impureza e uma periculosidade que expressam um simbolismo que extrapola a dimensão material. Segundo ela, “algumas poluições são usadas como analogias para expressar uma visão geral da ordem social” (Douglas, 1976, p. 14). Essa tradução de uma concepção específica de funcionamento da sociedade por meio de sistemas simbólicos de classificação (Douglas, 1976, p. 49-50) ajuda a entender (e expressa) as razões pelas quais o universo rural provoca tamanha aversão a Zilda. Sua exaltação e indignação quando foi novamente questionada a respeito do significado da “vida suja” ajuda a denunciar que há algo mais do que o descritivo de uma impureza material.

Entrevistador: Por exemplo, uma coisa que eu achei interessante uma coisa que a senhora disse é que a vida lá era suja. Uma palavra forte, né.

Zilda: Sim, claro, como é que...

Juan: Na lavoura era assim mesmo.

Zilda: Mas como é que eu vou definir?!?

Entrevistador: Uh-hum.

Zilda: Ela é suja.

Entrevistador: É suja.

Zilda: [exaltada] Escuta aqui, como eu te expliquei, quando vem o inverno, tu tens que descarregar o pasto, pasto molhado, tu não tem coisas adequadas como hoje teria, hoje tu teria um, um, um, um, um casaco de, de plástico, com touca, com todo, com luva, hoje tu acha que elas vão trabalhar sem?

Entrevistador: Uh-hum.

Zilda: Como eu trabalhei? Ou... Eu não fiquei muito tempo, porque não... Eu tinha que ter outra coisa nesse mundo, eu já tinha, como eu te disse, uma abertura diferente, de ver, em revistas, que o pai ganhava da Alemanha, aquele rádio que transmitia algumas coisas, tinha outro. Pra mim tinha que ter outro, outro, outro lugar (Viegas, 2015, entrevista).

¹¹ Juan Viegas, marido de Zilda.

Conforme Douglas (1976, p. 55-56), “[...] se impureza é um assunto inoportuno, devemos investigá-lo através da ordem. Impureza e sujeira é aquilo que não pode ser incluído, se se quiser manter um padrão. Reconhecê-lo é o primeiro passo para uma compreensão da poluição”. No caso específico, há uma alteração, já que Zilda não tinha a possibilidade de ordenar um mundo rural do qual, até então, fazia parte, mas, pelo contrário, excluiu-se dele ao buscar abrigo na grande cidade. Poder-se-ia argumentar que a aversão ao trabalho rural foi possível a Zilda por pertencer a uma família um tanto abastada. Contudo, conforme observado, Porto Alegre e circunvizinhanças praticamente dobraram em população nas décadas de 1950. Certamente não se compunha apenas de “Zildas” aquele universo.

É certo que muitas das pessoas de necessidades mais prementes, de maiores carências, devem ter sentido de forma mais direta as pressões estruturais. Isso não significa, contudo, que elas não se tenham expressado e processado por meio de simbolismos similares aos de Zilda. O senhor Carlos Antônio Luís, já citado, partiu do campo, da região litorânea, em busca de trabalho e direitos sociais acessíveis apenas na grande cidade. Era de uma família de agricultores e, em Porto Alegre, trabalhou como operário. Sendo negro, padecia dos males do racismo, dos quais outros migrantes foram poupados. Hoje mora em uma casa relativamente pobre no bairro Teresópolis. Mesmo que não empregue o termo “vida suja”, suas lembranças das lides rurais são muito pautadas pela descrição de atividades desagradáveis e “contaminadas” materialmente.

Carlos: Aí tu vai lá trabalhar numa lavoura lá, sai como eu cansava de sair dali de Osório e ia até lá perto da... Quase ali na... Ali... Era daqui mais ou menos... Aonde é que é. Cara, nem posso... Era longe. Eu acho que era umas... uns cinco quilômetros. Pra ti... Levantar às três horas da madrugada pra tirar leite de vaca. Pra tirar. Aí saía assim numa escuridão daquelas lá. Pra tirar um tanto de leite lá, atravessando campo de pé no chão, frio, chovendo, aí qual é a intenção, qual é o, eu vou... De ir pra roça, de ir pra fora fazer isso aí? (Luís, 2015, entrevista).

Conforme exposto por Thompson, as decisões dos sujeitos sociais, mesmo se tomadas a partir de necessidades materiais, não se limitam a uma resposta a estímulos econômicos. Pelo contrário, a ação social se pauta por noções legitimadoras precisas e por consensos mais amplos. O autor refere-se, aqui, à defesa de direitos tradicionais diante da modernização dos mercados (Thompson, 1998). No entanto, em um mundo rural tradicional em processo

de dissolução, podemos pensar nas representações e mediações culturais assumidas por aqueles que optaram por seguir o rumo da cidade.

A imagem da “vida suja”, eloquentemente expressa por Zilda e Carlos, aparece, em outros termos, na apreciação que os jornais realizavam da vida rural. Por exemplo, um editorial do *Correio do Povo* de 4 maio de 1943, que abordava o saneamento rural a partir de considerações das vantagens econômicas de sua efetivação, traçava um quadro bastante pessimista, sobretudo quanto aos aspectos higiênicos, da situação. Frisava-se, sobretudo, a necessidade de investimentos com vistas a melhorar as condições da vida no campo (*Correio do Povo*, 1943). Entretanto, observamos que a percepção da vida na cidade era igualmente “suja”, pelas frequentes menções à proliferação anti-higiênica das malocas.

Essa poluição, contudo, para além do sentido físico, também era relacionada aos aspectos morais, e então o campo era uma reserva de pureza. Um relato de uma sessão da assembleia estadual, por um repórter “observador parlamentar”, analisava um debate que tratava de uma solicitação de proibição de publicações consideradas indecorosas, especialmente em zonas agrícolas, visto que o que poderia ser aceitável nos grandes centros não seria indicado para zonas rurais. Abria-se uma discussão sobre a universalidade da moral, na qual a cidade, porquanto mais avançada, estaria mais “contaminada” frente à inocência do interior (*Diário de Notícias*, 1948e).

Os depoentes não passaram imunes a representações dessa natureza, o que nos leva a pontuar – mesmo que seu aprofundamento não seja o foco deste texto – o quanto a opinião pública é constituída pelo conteúdo dos textos circulantes na imprensa e em que medida estes são informados pelos pretensos consensos sociais. Tendo chegado a conclusões próprias, no diálogo com seus pares, ou informado pela imprensa – ele vendia jornais na Rua da Praia quando garoto –, o fato é que João Teófilo Sobrinho (66 anos quando sua fala foi registrada), um homem negro originário da região litorânea, tinha uma visão essencialmente negativa das “vilas de maloca” – que poderia, em parte, ser informada por sua percepção contemporânea das vilas hoje existentes e por um moralismo decorrente da adesão a uma igreja neopentecostal:

Entrevistador: E ali no Navegantes, era considerado vila de malocas? Porque na época se falava nas vilas de malocas.

João: Tinha, tinha. A tal de Areia. Tinha Teodoro. Não sei se tu já ouviu falar. [...] Teodoro. Que ia sair lá na Vila Farrapos, lá em cima. [...] E era bastante agitado, ali sim, ali dava muito marginal. [...] Ali tinha muito marginal, tinha dependentes químicos.

Entrevistador: Já tinha isso naquela época?

João: Mas, tinha.

Entrevistador: Mas era dependente químico de que, de álcool?

João: Não, não, dependente químico de maconha...

Entrevistador: Já tinha isso tudo.

João: Cocaína. É.

[...]

Entrevistador: E o senhor acha que o seu irmão, e esses todos que vieram, pra, pras vilas... Eles se enganaram ou eles tavam certos? Eles tiveram uma vida melhor em Porto Alegre ou não?

João: Não. [...] Não. Não. Eu no meu ponto de vista, não. [...] Não por causa da seriedade de um, de um ser humano. De um homem. Eu acho que morar dentro de uma vila popular não é... [...] Não é bom.

Entrevistador: Mas se eles viessem...

João: Desvia muito a personalidade da pessoa.

Entrevistador: Desvia a personalidade.

João: Exatamente.

Entrevistador: Em que sentido?

João: Em sentido de drogas, em sentido de mulheres, eu sou o melhor, e tal. [...] É... Até... brigas, ser um cara violento [...] Tudo isso aí acontece dentro de periferia (Teófilo Sobrinho, 2015, entrevista).

O ideal ambicionado por João Teófilo era um cenário muito favorável associado à vida “lá fora”, desde que vinculado à propriedade da terra, a uma atividade de pequeno agricultor: “se ele trabalha pra ele lá fora e aquilo é dele” (Teófilo Sobrinho, 2015, entrevista). Essa visão pode ser aproximada, em alguns aspectos, à análise de Raymond Williams sobre a urbanização na Inglaterra, quando o autor percebe, com base na literatura, o momento em que o campo “passou a ser associado a uma forma natural de vida – de paz, inocência e virtudes simples” (Williams, 1989, p. 11). A cidade passou a ser associada à “ideia de centro de realizações – de saber, comunicações, luz”. Contudo, também se elencaram associações negativas: “a cidade como lugar de barulho, mundanidade e ambição; o campo como lugar de atraso, ignorância e limitação” (Williams, 1989, p. 11). Esse contraste remontaria à Antiguidade, e agregaríamos que ele ainda permanece, sob muitas formas, embora cada vez mais atenuado.

Apesar dessa dicotomia, o autor chama a atenção para o fato de que a realidade histórica é muito mais variada. A vida rural engloba diversas práticas e tipos de organização, assim como a cidade. Além disso, na contemporaneidade, entre esses extremos há uma gama de aglomerações humanas: subúrbio, cidade-dormitório, complexo industrial (Williams, 1989, p. 12). Ele mesmo relembra, com ironia, que foi apenas na cidade que teve

contato com a literatura campestre, ou seja, com uma história cultural preparada desde a cidade (Williams, 1989, p. 17). Essa menção é importante, pois desnaturaliza concepções arraigadas e chama a atenção para a exterioridade de certas construções.

Não obstante, elas têm forte presença, mesmo entre os migrantes, como o demonstra Ellen Woortmann, ao referir-se a colonos alemães no Rio Grande do Sul: “Ir para a cidade significa, em muitos casos, ‘perder-se’. O mundo urbano significa a ‘perdição’, pois implica rompimento com o modelo de solidariedade familiar e com os padrões de autoridade (Woortmann, 1995, p. 137). A autora refere-se, especificamente, aos descendentes de imigrantes alemães que, assim, reconheciam na cidade “o lugar, por assim dizer, da guerra de todos contra todos. Nesse plano, a concepção da árvore [autorrepresentação como coletividade em função dos laços genealógicos], enquanto pertencimento a um universo ordenado pelo parentesco, se opõe ao universo individualista da cidade”. Nos levantamentos realizados, contudo, essa percepção pode ser verificada tanto entre teutodescendentes, como entre migrantes rurais das mais variáveis identificações étnicas.

A senhora Maria Amélia Schöenberg tinha 81 anos em 2015, momento em que foi gravado seu testemunho. Veio para a cidade de Porto Alegre pouco depois de ficar órfã de pai. Desta maneira, a vinda é associada a colorações particularmente negativas. Contrastivamente, traça um retrato de um rural lúdico e idílico, no qual seu pai – a quem era muito apegada – ainda estava vivo, e onde havia uma fartura inexistente em Porto Alegre. Ela expressou suas reservas diante do individualismo da cidade referindo-se a ele como “a maneira de Porto Alegre”. Tal noção nasceu de forma espontânea e procurou-se explorá-la de forma a obter maiores esclarecimentos.

Maria Amélia: É, e depois assim, foi mudando, pegando, adquirindo a maneira de Porto Alegre. [risos]

Entrevistador: Como é que é a maneira de Porto Alegre que é diferente de lá?

Maria Amélia: Eu já acho que no interior o pessoal convive melhor. [Trabalhar] com o outro, é mais assim. É diferente, aqui não, o pessoal é muito retraído assim, é “eu”, “eu” [destaque para essas palavras], depois tu. Eu não gosto disso (Schöenberg, 2015, entrevista).

O senhor Lourenço Joaquim Reis, um homem negro que tinha 68 anos em 2009, também traçou um quadro de sua infância no meio rural como um ambiente de harmonia e solidariedade mútua, contrastivo às tensões e ao individualismo existentes na urbe:

Todo mundo tinha, se ajudava, caminhava, depois que caminhava dava uma palheta pra um, um quarto pro outro e aquela coisa toda e todo mundo vivia bem. Se você hoje em dia fosse assim, todo mundo vive bem, porque se reúne, hoje em dia não. Fazer reunião. Hoje em dia é, eu puxo pra mim, o senhor puxa pra você, e é aquela, aquela [sic] coisa toda. O senhor tem, tem, não tem, não tem, mas naquela época não. É assim. Então era melhor de viver (Reis, 2009, entrevista).

Desta maneira, alternativamente à percepção de “sujeira” no campo presente em algumas falas, a ideia de um meio rural idílico também está presente em outras – mesmo que quase ninguém se arrependa de ter vindo para Porto Alegre ou cidades ao redor.

Retornemos ao debate com Singer, para quem, seguindo uma opção teórica muito evidente, deve-se distinguir as razões pessoais para migrar das causas estruturais da migração, pois “a primeira determinação de quem vai e de quem fica é social ou, se se quiser, *de classe*. Dadas determinadas circunstâncias, uma classe social é posta em movimento. Num *segundo momento*, condições *objetivas e subjetivas* determinam que membros desta classe migrarão antes e quais ficarão para trás” (Singer, 1980, p. 237, grifos nossos). Contudo, para Thompson, o conceito de classe não é independente dos fatores culturais e de experiências de luta. Pelo contrário, encontra-se em um processo de autoconstituição no qual objetivo e subjetivo se entrelaçam. Para o marxista britânico, a “classe” não é meramente objeto de relações sociais, mas principalmente agentes sociais que se organizam na medida em que se deparam com interesses contraditórios aos seus. A própria definição de classe, tal como entendida aqui, não pode prescindir de motivações particulares.

E são precisamente essas motivações, quando revisitas à luz nuançada dos depoimentos posteriores, e cruzadas com as apreciações da imprensa da época, que permitem problematizar o fenômeno das migrações rural-urbanas que tanto contribuíram para a constituição da metrópole em que Porto Alegre se transformou a partir de meados do século XX. Não negamos, evidentemente, que a decisão de migrar estava vinculada a fatores econômicos.

Entretanto, defendemos a devida atenção à capacidade de agência das pessoas, no quadro da pluralidade das condições de partida, dos estímulos e das aspirações, cuja observação pensamos ser fundamental no entendimento dos processos sociais. Esses fenômenos só adquirem sentido quando trabalhados pela psiquê dos sujeitos, que não se resume à pecha de “psicologizante”. Os migrantes não eram autômatos, mas capazes de tomarem as decisões consideradas mais convenientes. Claro que tudo isso implica uma porção de subjetividade bastante sutil

de apreender, e que somente é propiciada por um olhar mais próximo, como aquele que se esforça para registrar a expressão sonhadora de Zilda quando rememorava o seu anseio de voar.

Referências

- CRUZ, H.F.; PEIXOTO, M.R.C. 2007. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. *Projeto História*, 35:253-270.
- DARNTON, R. 1996. Introdução. In: R. DARNTON; D. ROCHE (org.), *A revolução impressa: a imprensa na França, 1775-1800*. São Paulo, Edusp, p. 15-18.
- DAVIS, N.Z. 1987. *O retorno de Martin Guerre*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 185 p.
- DOUGLAS, M.; ISHERWOOD, B. 2013. *O mundo dos bens: Para uma antropologia do consumo*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 304 p.
- DOUGLAS, M. 1976. *Pureza e perigo*. São Paulo, Editora Perspectiva, 232 p.
- FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. 1982. Do destino e utilização dos homens do campo. In: FEE. *25 anos de economia gaúcha. Volume 3. A agricultura do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, FEE, p. 67-73.
- GEERTZ, C. 1989. *A interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro, Editora Guanabara, 323 p.
- GINZBURG, C. 1991. Provas e possibilidades à margem de “Il retorno de Martin Guerre” de Natalie Zemon Davis. In: C. GINZBURG, *A micro-história e outros ensaios*. Rio de Janeiro/Lisboa, Bertrand Brasil/DIFEL, p. 179-202.
- GOMES, A.C. 2005. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 319 p.
- HALBWACHS, M. 2006. *A memória coletiva*. São Paulo, Centauro, 222 p.
- KLAFKE, A.; WEIMER, R.A. 2015. Contribuições para o estudo das migrações rural-urbanas: O ponto de vista dos sujeitos sociais. Rio Grande do Sul (1943-1963). Textos para discussão FEE 134, 30 p. Disponível em: http://www.fee.rs.gov.br/wp-content/uploads/2015/07/20150707contribuicoes-para-o-estudo-das-migracoes-rural-urbanas-no-rio-grande-do-sul-entre-1943-e-1963_-o-ponto-de-vista-dos-sujeitos-sociais.pdf. Acesso em: 25/04/2016.
- LEVI, G. 1992. Sobre a micro-história. In: P. BURKE, *A escrita da história: Novas perspectivas*. São Paulo, UNESP, p. 133-162.
- MEDEIROS, L.T. 1951. *Vilas de Malocas: ensaio de sociologia urbana*. Porto Alegre, UFRGS, 92 p.
- MENEGHETTI, I. 1952. O problema das malocas. In: I. MENEGHETTI, *Relatório apresentado à Câmara Municipal pelo prefeito Ildo Meneghetti em 5 de abril de 1952*. Porto Alegre, Câmara Municipal de Porto Alegre, p. 847-880. (Arquivo Histórico Municipal Moysés Vellinho).
- MÍGUEZ, E. 1995. Microhistoria, redes sociales e historia de las migraciones: ideas sugestivas y fuentes parcas. In: M. BJERG; H. OTERO, *Inmigración y redes sociales en la Argentina moderna*. Tandil/Buenos Aires, Instituto de Estudios Históricos Sociales/Centro de Estudios Migratorios Latinoamericanos, p. 23-34.
- MOUTOUKIAS, Z. 1995. Narración y análisis en la observación de vínculos y dinámicas sociales: el concepto de rede personal en la historia social y económica. In: M. BJERG; H. OTERO, *Inmigración y redes sociales en la Argentina moderna*. Tandil/Buenos Aires, Instituto de Estudios Históricos Sociales/Centro de Estudios Migratorios Latinoamericanos, p. 221-241.

- POLLAK, M. 1989. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, 2(3):3-15.
- RAMELLA, F. 1995. Por un uso fuerte del concepto de red en los estudios migratorios. In: M. BJERG; H. OTERO, *Inmigración y redes sociales en la Argentina moderna*. Tandil/Buenos Aires, Instituto de Estudios Históricos Sociales/Centro de Estudios Migratorios Latinoamericanos, p. 9-21.
- REVEL, J. 1998. *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro, FGV, 262 p.
- SINGER, P. 1980. Migrações internas: considerações teóricas sobre o seu estudo. In: H. MOURA (org.), *Migração interna: Textos selecionados. Tomo 1*. Fortaleza, Banco do Nordeste do Brasil, p. 211-244.
- THOMPSON, E.P. 1998. A economia moral da multidão inglesa no século XVIII. In: E.P. THOMPSON, *Costumes em comum*. São Paulo, Companhia das Letras, p. 150-202.
- THOMPSON, E.P. 1981. *A miséria da teoria ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro, Zahar, 231 p.
- THOMPSON, E.P. 2001. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas, Editora da UNICAMP, 286 p.
- WILLIAMS, R. 1989. *O campo e a cidade na história e na literatura*. São Paulo, Companhia das Letras, 439 p.
- WOORTMANN, E. 1995. *Herdeiros, parentes e compadres*. São Paulo/Brasília, Hucitec/EdUnB, 336 p.

Fontes primárias

- HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 10/04/2016.
- CORREIO DO POVO. 1943. Aspectos econômicos do saneamento rural. Porto Alegre, 4 maio, p. 4. Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa.
- DIÁRIO DE NOTÍCIAS. 1943a. O exemplo da aviadora Carmela Contino, primeira paraquedista gaúcha, será imitado – outras enfermeiras-paraquedistas. Porto Alegre, 9 abr., p. 8. Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa.
- DIÁRIO DE NOTÍCIAS. 1943b. A Panair emprega moças, pela primeira vez, em seus serviços no aeroporto. Porto Alegre, 18 abr., p. 16. Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa.
- DIÁRIO DE NOTÍCIAS. 1943c. Uma modelar organização que zela pela administração dos prédios da metrópole. Porto Alegre, 9 maio, p. 5. Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa.
- DIÁRIO DE NOTÍCIAS. 1943d. “Confesión”, mais um sucesso da Continental-Filmes, levou ao Vera-Cruz, ontem, verdadeira multidão. Porto Alegre, 18 maio, p. 5. Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa.
- DIÁRIO DE NOTÍCIAS. 1943e. Com a comédia “Médico à força”, Procópio ressuscita Molière em Porto Alegre. Porto Alegre, 18 maio, p. 5. Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa.
- DIÁRIO DE NOTÍCIAS. 1948a. A volta ao campo. Porto Alegre, 18 mar., p. 4. Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa.
- DIÁRIO DE NOTÍCIAS. 1948b. Crédito imobiliário. Porto Alegre, 14 fev., p. 4. Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa.
- DIÁRIO DE NOTÍCIAS. 1948c. O Congresso e a Reforma Agrária. Porto Alegre, 19 maio, p. 4. Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa.
- DIÁRIO DE NOTÍCIAS. 1948d. O SESOL e a tarefa que o aguarda. Porto Alegre, 18 abr., p. 4. Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa.
- DIÁRIO DE NOTÍCIAS. 1948e. Eva, seminua, nos anais do Legislativo!... Porto Alegre, 25 maio, p. 24. Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa.
- DIEHL, V. 2015. Entrevista. Concedida a Rodrigo de Azevedo Weimer e Álvaro Klafke. Porto Alegre, em 17/04/2015.
- GONZALEZ, A.W. 2015. Entrevista. Concedida a Rodrigo de Azevedo Weimer. Alvorada, em 15/07/2015.
- KWIETNIEWSKY, E. 2015. Entrevista. Concedida a Rodrigo de Azevedo Weimer. Porto Alegre, em 27/05/2015.
- LUÍS, C.A. 2015. Entrevista. Concedida a Rodrigo de Azevedo Weimer. Porto Alegre, em 14/04/2015.
- MAFFEI, A. 2015. Entrevista. Concedida a Rodrigo de Azevedo Weimer. Porto Alegre, em 27/07/2015.
- MAFFEI, E.; MAFFEI, O. 2015. Entrevista. Concedida a Rodrigo de Azevedo Weimer. Porto Alegre, em 23/04/2015.
- REIS, L.J. 2009. Entrevista. Concedida a Rodrigo de Azevedo Weimer. Osório, em 09/01/2009.
- SCHAUREN, C.S. 2015. Entrevista. Concedida a Rodrigo de Azevedo Weimer. Porto Alegre, em 29/04/2015.
- SCHERER, F.B. 2015. Entrevista. Concedida a Rodrigo de Azevedo Weimer. Porto Alegre, em 03/06/2015.
- SCHÖNENBERG, M.A. 2015. Entrevista. Concedida a Rodrigo de Azevedo Weimer. Porto Alegre, em 09/06/2015.
- TEÓFILO SOBRINHO. 2015. Entrevista. Concedida a Rodrigo de Azevedo Weimer. Porto Alegre, em 19/11/2015.
- VIEGAS, Z.B. 2015. Entrevista. Concedida a Rodrigo de Azevedo Weimer. Porto Alegre, em 05/05/2015.
- WEBER, O. 2015. Entrevista. Concedida a Rodrigo de Azevedo Weimer. Porto Alegre, em 28/05/2015.

Submetido: 16/05/2016
Aceito: 04/11/2016